OBESIDADE INFANTIL E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: COMO A ESCOLA PODE CONTRIBUIR NA PREVENÇÃO

CARLA APARECIDA RULIM FERRARI

RESUMO
A obesidade infantil é um grave desafio de saúde pública, impulsionado por fatores como o consumo de alimentos ultraprocessados, sedentarismo e questões psicológicas, exigindo uma abordagem integrada que envolva políticas públicas, educação nutricional e a colaboração entre famílias, escolas e profissionais da saúde. O projeto visa combater a obesidade infantil, uma epidemia crescente, por meio de uma abordagem multifatorial que envolve educação alimentar nas escolas, políticas públicas de saúde e a colaboração entre sociedade, família e profissionais da saúde para promover hábitos saudáveis e prevenir os impactos dessa condição, e, para tal foi utilizada a metodologia de revisão bibliográfica onde foram selecionados 10 artigos publicados nos últimos 10 anos com as palavras chaves relacionadas a obesidade infantil, educação infantil e educação escolar. A obesidade infantil é uma epidemia crescente, associada a fatores como o consumo de alimentos ultraprocessados e a falta de atividade física. No Brasil, 10% das crianças entre 5 e 10 anos estão acima do peso, com projeções de aumento até 2030. A escola tem papel crucial na prevenção, promovendo educação alimentar e hábitos saudáveis. Para combater a obesidade, é necessária uma abordagem integrada que envolva famílias, escolas e políticas públicas, como o PNAE e o PSE. A obesidade infantil é um problema crescente, causado por fatores alimentares, comportamentais e ambientais. A prevenção deve envolver escolas, famílias e políticas públicas, com ênfase na educação alimentar e promoção de hábitos saudáveis desde a infância. A ação integrada é essencial para combater essa epidemia de forma eficaz. Palavra-chave: obesidade infantil, escola, alimentação

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a obesidade infantil têm aumentado drasticamente o que evidencia seu potencial epidemiológico, onde crianças com sobre peso possuem maiores tendências a se tornarem adultos obesos e com maior probabilidade de doenças crônicas, e, ela tem se tornado um dos maiores desafios de saúde pública nos últimos anos, alcançando proporções alarmantes tanto no Brasil quanto no cenário mundial. De acordo com diversas pesquisas e estudos, entre os quais se destacam os de Lobato Campos et al. (2023) e Baggio et al. (2021), essa condição nutricional caracteriza-se pelo aumento excessivo do tecido adiposo, estando diretamente associada a uma série de fatores biológicos, ambientais, psicológicos e comportamentais. Em um contexto global, a obesidade infantil é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma verdadeira epidemia, que ameaça a saúde das crianças em diversas regiões, com prevalências elevadas e projeções cada vez mais preocupantes. No Brasil, a situação é igualmente grave, com dados do Sistema de Vigilância Alimentar e
Nutricional (SISVAN) revelando que cerca de 10% das crianças de 5 a 10 anos apresentavam sobrepeso em 2019, e as previsões para 2030 indicam um aumento alarmante desse índice.

Entre os principais fatores responsáveis pelo aumento da obesidade infantil, o consumo de alimentos ultraprocessados e a crescente falta de atividade física destacam-se como as causas mais evidentes. Alimentos ricos em gorduras e açúcares, como fast foods e bebidas açucaradas, combinados ao sedentarismo, exacerbado principalmente pelo uso excessivo de tecnologias digitais, têm contribuído significativamente para o ganho de peso excessivo entre as crianças. Além disso, fatores psicológicos como ansiedade e depressão, muitas vezes resultantes da pressão social, bullying ou dificuldades familiares, têm agravado a situação, criando um ciclo vicioso em que a obesidade se retroalimenta, seja como causa ou consequência.

Estudos apontam também a influência das condições socioeconômicas e culturais na determinação dos hábitos alimentares e do

estilo de vida das crianças. A desigualdade no acesso a alimentos saudáveis, a insegurança alimentar, as restrições econômicas e a violência urbana, que limitam a participação de crianças em atividades físicas extracurriculares, são fatores que agravam o quadro. A educação alimentar e nutricional (EAN) surge, então, como uma poderosa ferramenta de prevenção. A escola, enquanto espaço formador de hábitos e comportamentos, desempenha um papel fundamental na promoção de uma alimentação saudável e na conscientização sobre os riscos da obesidade, sendo essencial que haja maior envolvimento das famílias e dos próprios educadores no processo.

No entanto, a questão da obesidade infantil vai além da simples mudança de hábitos alimentares. Ela exige uma abordagem multifatorial e intersetorial, envolvendo políticas públicas eficazes, programas de saúde nas escolas, a atuação de profissionais especializados e, especialmente, a colaboração entre diferentes esferas da sociedade. Desde a introdução alimentar adequada na infância, como propõem Muniz et al. (2024), até a criação de políticas públicas que incentivem a alimentação saudável e a prática regular de atividades físicas, como o Programa Saúde na Escola (PSE) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é preciso que o combate à obesidade infantil seja integrado, abrangente e sustentado a longo prazo.

Por fim, a pandemia de Covid-19, conforme relatado por vários estudos, trouxe desafios adicionais ao cenário da obesidade infantil, exacerbando o sedentarismo e o consumo de alimentos não saudáveis, além de gerar impactos psicológicos significativos. Esse momento crítico demonstrou a necessidade urgente de políticas públicas que integrem a saúde, a educação e o apoio às famílias, oferecendo uma resposta coordenada para reduzir as altas taxas de obesidade infantil e suas consequências para a saúde pública. É inegável que a implementação de estratégias educacionais nas escolas, juntamente com a participação ativa da família e a colaboração de profissionais da saúde, é crucial para a construção de uma sociedade mais saudável, capaz de enfrentar e reverter o quadro de obesidade infantil.

DESENVOLVIMENTO

Lobato Campos, et al. 2023, afirma que a obesidade infantil é uma condição nutricional caracterizada pelo aumento do tecido adiposo e é considerada uma epidemia mundial. Dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) indicam que 10% das crianças brasileiras de 5 a 10 anos tinham peso elevado em 2019, e as projeções da OMS para 2030 apontam que a obesidade afetará 22,8% das crianças entre 5 a 9 anos e 15,7% entre 10 a 19 anos no Brasil, sendo esta desencadeada por uma combinação de fatores biológicos, ambientais, psicológicos e comportamentais. O aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e o sedentarismo são grandes contribuintes, além disso, fatores psicológicos como depressão e ansiedade podem agravar a condição, seja como causa ou consequência.

Os estudos de Baggio, et al. 2021, afirmam que a obesidade infantil foi relacionada a fatores como hábitos alimentares inadequados, baixa ingestão de frutas e vegetais, consumo excessivo de alimentos ricos em carboidratos e gorduras, influência da mídia, falta de atividade física, e padrões familiares que incentivam comportamentos alimentares não saudáveis. A maioria das refeições eram realizadas em locais inapropriados (sala, quarto) e acompanhadas pelo uso de eletrônicos. Além disso, a dificuldade financeira e a violência urbana restringem a participação das crianças em atividades físicas extracurriculares.

Com base nas pesquisas de Guedes, et al. 2019, a obesidade infantil é uma doença de caráter epidemiológico crescente, sendo a mesma classificada como uma das principais doenças não transmissíveis, porém que envolvem diversos fatores, sendo eles: biológicos, ambientais, sociais e culturais.

De Moura, 2023, discute a importância da educação alimentar e nutricional (EAN) na prevenção da obesidade infantil, destacando o papel crucial da escola como ambiente de promoção de hábitos saudáveis. A obesidade infantil tem causas multifatoriais, como o consumo excessivo de alimentos ultraprocessados, como bebidas açucaradas e fast food, e a falta de atividade física. Fatores

como o ambiente familiar, a influência da mídia e a falta de conhecimento sobre nutrição também contribuem para o problema.

A obesidade infantil é considerada uma epidemia pela OMS e tem aumentado significativamente nas últimas décadas, com base nas pesquisas de Castro, et al. 2021, o Brasil, cerca de 10% das crianças de 5 a 10 anos estão com sobrepeso, e projeções indicam que, até 2030, o número de crianças obesas pode alcançar 22,8% entre 5 a 9 anos e 15,7% entre 10 a 19 anos. A obesidade infantil é resultado de fatores individuais, familiares, sociais e ambientais, como a exposição a alimentos ultraprocessados e o aumento da vida sedentária. Suas consequências incluem doenças crônicas precoces, como diabetes, hipertensão e problemas cardiovasculares.

Gutierrez e de Sales, 2021, afirmam que a obesidade é definida como excesso de gordura corporal, medida principalmente pelo índice de massa corporal (IMC), sendo ela uma condição crônica com alta prevalência mundial, afetando tanto adultos quanto crianças, e geralmente está associada a fatores socioeconômicos e ao sedentarismo, dessa forma, o seu desenvolvimento está diretamente ligado a um balanço energético positivo (maior ingestão do que gasto de energia), e as tentativas de perder peso enfrentam o obstáculo do "ponto de ajuste", que dificulta a manutenção do peso perdido.

Muniz, et al. 2024, aborda a importância da introdução alimentar adequada na infância e sua relação com a prevenção da obesidade infantil, destacando o papel crucial da família e da escola na formação dos hábitos alimentares. A introdução alimentar (IA), que envolve a oferta gradual de alimentos complementares ao leite materno, é essencial para garantir uma alimentação balanceada e prevenir doenças desde cedo, no entanto, a obesidade infantil é considerada um dos maiores desafios de saúde pública, especialmente em países em desenvolvimento, com fatores genéticos, comportamentais e ambientais contribuindo para seu aumento.

Sobretudo, Henriques, et al. 2018, afirma que a obesidade vem sendo objeto de políticas de intervenção no Brasil desde a primeira Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), afinal, a obesidade infantil é um problema de saúde pública crescente, com impactos na fase adulta e no desenvolvimento da criança, onde os fatores biológicos, ambientais, socioeconômicos, psicossociais e culturais contribuem para a obesidade, com foco principalmente no consumo de alimentos processados e ultraprocessados, consumo de açúcar e gorduras, e falta de atividade física.

Guedes, et al. 2019, estudou acerca dos dados que englobam a obesidade infantil, onde ele relata que com base na OMS, milhões de crianças ao redor do mundo estão acima do peso, e, no Brasil, a obesidade infantil vem apresentando variações regionais significativas, com altas prevalências em todas as regiões, sendo necessário que as estratégias no combate à obesidade infantil sejam melhores empregadas, dessa forma, havendo a criação de programas como "Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas" visam fomentar hábitos alimentares saudáveis na comunidade escolar e a implementação de campanhas e políticas educacionais mais intensas nas escolas é essencial para promover hábitos saudáveis entre os jovens.

Silva e Silva e Zanella, 2022, detalha várias políticas de proteção social e saúde no Brasil, com enfoque no aleitamento materno, alimentação escolar, e combate à obesidade infantil, além de citar programas internacionais.

No entanto, ao abordar a globalização, as mudanças sociais e culturais, bem como o resultado do seu impacto na alimentação e na obesidade, da Silva, et al. 2020, busca contextualizar as transformações que ocorreram desde a Revolução Industrial, no século XVIII, que moldaram a organização social e econômica das sociedades. A globalização, que intensificou essas mudanças, unificou os mercados e trouxe produtos alimentares industrializados e ultraprocessados para as grandes cidades, resultando em mudanças nos hábitos alimentares e um aumento no consumo de fast food e junk food, com impactos negativos na saúde, também menciona que a obesidade infantil é um problema crescente, com causas multifatoriais, incluindo o consumo de alimentos industrializados

e o sedentarismo.
Gutierrez e de Sales, 2021, pontuam em seus estudos que a genética embora influente, responde por menos de 5% dos casos, indicando que fatores ambientais têm maior impacto, sendo que o consumo frequente de alimentos ricos em gordura, açúcar e calorias, como fast foods e bebidas açucaradas, está mais associado ao ganho de peso infantil quando em comparação a questões voltadas para a genética, no entanto a falta de atividade física, muitas vezes devido ao tempo excessivo em atividades digitais (como videogames e televisão), contribui para o acúmulo de calorias não utilizadas, que são armazenadas como gordura.
De Moura, 2023, afirma que para combater a obesidade infantil, é fundamental adotar uma abordagem multidisciplinar que envolva nutricionistas, pais e professores, e que políticas públicas focadas na alimentação saudável nas escolas são essenciais para reduzir a prevalência da obesidade.

O AMBIENTE ESCOLAR

Guedes, et al. 2019, afirma que o ambiente escolar é um ambiente estratégico na promoção da educação nutricional e em ações que auxiliam na prevenção da obesidade infantil, apresentando parâmetros curriculares nacionais que incentivam a inclusão do tema "saúde" no currículo escolar, o que irá melhorar na promoção da cidadania e da conscientização sobre a saúde.
Assim como afirma, Lobato Campos, et al. 2023, a prevenção e o tratamento incluem melhorias na alimentação e o incentivo à prática de atividades físicas, com envolvimento da família e da escola. A escola desempenha um papel crucial, oferecendo educação nutricional e promovendo hábitos saudáveis entre os alunos. Além disso, é importante que as famílias não ofereçam alimentos calóricos e pouco saudáveis, ajudando a formar hábitos alimentares saudáveis desde a infância.
Dessa forma, Muniz, et al. 2024, afirma que a educação escolar e a orientação familiar desempenham papéis fundamentais na promoção de hábitos alimentares saudáveis. A exposição excessiva a telas e a inatividade física são fatores determinantes no desenvolvimento da obesidade, além do consumo crescente de alimentos ultraprocessados e bebidas açucaradas, que contribuem para o ganho de peso excessivo. Estratégias para combater a obesidade incluem a mudança de hábitos alimentares e a prática regular de exercícios físicos, com intervenções nutricionais e políticas públicas voltadas para a conscientização e mudanças nos comportamentos alimentares das famílias, no entanto, durante o período de pandemia da Covid-19, a situação eclodiu, devido à interrupção das rotinas e ao aumento do consumo de alimentos não saudáveis, dessa forma, evidenciando mais ainda a importância do acompanhamento nutricional e a necessidade de abordagens intersetoriais para enfrentar a obesidade infantil de forma eficaz.
Dessa mesma forma, Lobato Campos, et al. 2023, também afirma acerca da pandemia de Covid-19 e em como ela ajudou a agravar o problema, com o aumento do sedentarismo e do uso excessivo de telas, prejudicando ainda mais o perfil alimentar e a saúde mental das crianças. O uso de tecnologias digitais, associado ao consumo de alimentos não saudáveis, tem sido um fator de risco adicional.
No entanto, assim como vemos nos estudos de Baggio, et al. 2021, as crianças tinham uma imagem corporal negativa e muitas enfrentavam bullying na escola, o que impactava sua autoestima e gerava sentimento de tristeza. Isso aumentava o isolamento e a resistência a atividades físicas, levando ao uso da comida como uma forma de compensação emocional. Em alguns casos, os familiares negavam ou minimizavam a condição de obesidade da criança, dificultando a busca de ajuda.
Da Silva, et al. 2020, reforça a importância da escola no combate à obesidade infantil, não só por ser o local onde as crianças passam grande parte do tempo, mas também por ser um espaço de aprendizado e de formação de hábitos alimentares saudáveis. O papel do nutricionista nos programas de alimentação escolar é enfatizado, assim como a necessidade de mais estudos e aprimoramento das estratégias educacionais relacionadas à alimentação e nutrição.
Dessa forma, Henriques, et al. 2019, afir-

ma que a educação alimentar e nutricional (EAN) fomenta escolhas alimentares saudáveis através de materiais educativos, guias alimentares e o Marco de Referência de EAN, compreendendo que a PNAN busca regular a rotulagem nutricional e publicidade para proteger o consumidor e reduzir práticas abusivas, tentam entrar em acordos voluntários com a indústria buscam melhorar a composição dos alimentos, com reduções em açúcar e sódio, sendo importante que haja um foco na intersetorialidade para garantir o direito à alimentação adequada, onde programas como PAA e PNAE incentivam a compra de alimentos de agricultura familiar, afetando o mercado institucional.

A EAN, como estratégia dentro da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), visa reduzir o sobrepeso e a obesidade infantil, onde os estudos de Moura, 2023, demonstram que intervenções nas escolas, como atividades práticas e envolvimento de pais, são eficazes na promoção de hábitos saudáveis, afirmando acerca da participação ativa das crianças em programas educativos e a orientação de nutricionistas são fundamentais para a mudança de comportamento alimentar, a presença desse profissional faz a diferença, pois o mesmo não apenas supervisiona a alimentação nas escolas, mas também pode liderar ações para modificar comportamentos alimentares e prevenir problemas futuros. Além disso, é necessário o apoio de políticas públicas e investimentos governamentais para melhorar a implementação dessas ações, assegurando que os programas de EAN sejam mais eficazes.

Baggio, et al. 2021, sugere que a obesidade infantil exige uma abordagem integrada entre escola, família e serviços de saúde, com maior oferta de profissionais capacitados, criação de ambientes escolares saudáveis e promoção de atividades físicas inclusivas.

As escolas são consideradas um ambiente ideal para intervenções de saúde pública, onde com base nos estudos de Gutierrez e de Sales, 2021, quando focadas na prevenção à obesidade infantil pode ser essencial a presença de nutricionistas escolares na promoção de uma alimentação saudável e implementar estratégias de educação nutricional nas escolas. As intervenções incluem atividades educacionais sobre nutrição, que ajudam as crianças a compreender e valorizar uma alimentação equilibrada, sugerindo que programas de no mínimo seis meses, integrando a educação alimentar ao currículo escolar e envolvendo as famílias, são mais eficazes, onde a criação de um ambiente escolar que promova opções alimentares saudáveis e atividades físicas regulares é crucial para incentivar hábitos saudáveis de forma duradoura.

Silva e Silva e Zanella, 2022, destaca que a colaboração entre diferentes setores é essencial para o sucesso das políticas de nutrição e combate à obesidade, no Brasil e no exterior. A educação nutricional nas escolas e centros especializados é fundamental para influenciar hábitos saudáveis entre crianças e suas famílias, reduzindo a obesidade e prevenindo doenças crônicas. É importante que as políticas sejam planejadas, implementadas e revisadas regularmente para que estejam sempre respondendo às necessidades da população. Como a obesidade tem causas complexas, é necessário ajustar constantemente as políticas, capacitando profissionais e adaptando ações à realidade local para maximizar seu impacto na saúde infantil.

A NECESSIDADE DA CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS NAS ESCOLAS

A obesidade infantil exige uma abordagem ampla e coordenada que inclua políticas escolares, educação nutricional e envolvimento dos pais, onde com base nas palavras de Gutierrez e de Sales, 2021, as escolas podem contribuir para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis que podem se estender às famílias e comunidades, promovendo a saúde e o bem-estar das crianças e adolescentes, enfatizando que o papel do nutricionista é essencial para orientar as crianças sobre a importância da alimentação saudável, ajudando-as a desenvolver hábitos que beneficiem sua saúde ao longo da vida.

O combate à obesidade infantil é vital para a saúde pública e a economia, dessa forma, a OMS destaca a importância de prevenir a

obesidade desde a infância. O Brasil implementou o programa Crescer Saudável, que inclui estratégias como regulação de publicidade de alimentos para crianças e promoção de ambientes alimentares saudáveis. As escolas desempenham papel fundamental nesse combate, pois atingem um grande número de crianças e estão no processo de formação dos hábitos alimentares.

Com base nas pesquisas de Guedes, et al. 2019, podemos compreender melhor a importância na criação de mais políticas e também de programas educacionais dentro do ambiente escolar com ênfase no ensinamento acerca da importância de que haja maior conhecimento acerca da importância da nutrição correta e também da realização de atividades físicas, sendo assim, destacada a necessidade de que haja um maior envolvimento de escolas, sociedade e famílias para reduzir a prevalência da obesidade infantil e suas consequências na saúde pública.

Henriques, et al. 2019, afirma que a "sociedade obesogênica" refere-se a um ambiente que incentiva hábitos alimentares não saudáveis e desestimula a atividade física, afirmando e reafirmando a importância no governo brasileiro em implementar políticas de PAAS para que assim haja a promoção de uma alimentação saudável e o controle da obesidade.

As políticas mobilizam recursos e enfrentam resistência da indústria de alimentos, onde com base nas pesquisas de Henriques, et al. 2019, o foco em PAAS para que os índices de obesidade melhorem, se encontra em diversas condições onde esses recursos são barrados afinal ocorre uma guerra de interesses ao lidar com os condicionantes da obesidade e as disputas de interesses da indústria.

As crianças e suas famílias demonstraram desejo de mudança, mas enfrentam dificuldades em alterar os hábitos alimentares e inserir as crianças em atividades físicas, relata Baggio, et al. 2021, no entanto, o acesso a profissionais de saúde, como nutricionistas e psicólogos, é limitado, e as ações da escola (como alimentação saudável e educação física) são insuficientes. Programas governamentais, como o Programa Saúde na Escola (PSE) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), buscam abordar o problema, mas carecem de efetividade devido à falta de profissionais especializados e treinamentos adequados.

A PNAN define diretrizes para o tratamento da obesidade, incluindo a Linha de Cuidado para Sobrepeso e Obesidade e a Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN), no entanto, Henriques, et al. 2019, afirma que as ações de PAAS incluem reorientação de serviços e criação de ambientes saudáveis, além de educação alimentar e regulação de alimentos, assim como quando falamos acerca de estratégias como Amamenta e Alimenta Brasil e o Programa Saúde na Escola (PSE) buscando promover saúde e nutrição no contexto escolar.

Programas como restaurantes populares, bancos de alimentos, e Bolsa Família aumentam o acesso a alimentos saudáveis e potencializam a PAAS, onde com base nos estudos de Henriques, et al. 2019, é importante a presença de uma Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade (EIPCO) e Pacto Nacional para Alimentação Saudável (PNAS) buscam uma abordagem intersetorial para prevenir e controlar a obesidade.

Além disso, são discutidas por da Silva, et al. 2020, as estratégias de prevenção e controle, como a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), que envolve não apenas a conscientização sobre alimentação saudável, mas também a promoção de práticas saudáveis e a mudança de hábitos alimentares, especialmente nas escolas. Programas como o Programa Saúde na Escola (PSE) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são apontados como ferramentas importantes para a prevenção da obesidade infantil, destacando a necessidade de envolver as famílias e a comunidade nesse processo.

Assim como também afirmado por Castro, et al. 2021, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nas escolas visa promover hábitos alimentares saudáveis, com foco na autonomia dos alunos. A EAN deve ser intersetorial, envolvendo saúde, educação e políticas públicas. A OMS recomenda incluir a EAN no currículo escolar, treinar professores, melhorar a alfabetização nutricional dos pais e responsáveis, e promover práticas alimentares saudáveis. No Brasil, programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar

(PNAE) e o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional são iniciativas importantes para aplicar EAN de forma eficaz.
A obesidade infantil é um importante fator de risco para o desenvolvimento de doenças metabólicas como diabetes tipo 2 e dislipidemia, com base nas palavras de Lobato Campos, et al. 2023, por isso, ações preventivas, incluindo mudanças no estilo de vida e maior conscientização sobre hábitos alimentares, devem ser aplicadas no ambiente escolar e familiar. A prevenção é a melhor estratégia para combater a obesidade e suas complicações, contribuindo para a redução de morbidade e mortalidade a longo prazo.

CONCLUSÃO

A obesidade infantil é um problema crescente, que se configura como uma das maiores ameaças à saúde pública, tanto no Brasil quanto mundialmente. Com causas multifatoriais, que envolvem aspectos biológicos, ambientais, psicológicos e socioeconômicos, ela tem sido exacerbada pelo consumo excessivo de alimentos ultraprocessados, a falta de atividade física e fatores sociais como o uso excessivo de tecnologias digitais. As consequências desse quadro incluem o aumento do risco de doenças crônicas precoces e impactos significativos na saúde mental e social das crianças.
A escola se destaca como um ambiente estratégico para a promoção de hábitos alimentares saudáveis, sendo um espaço essencial para a implementação de programas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN). No entanto, é necessário que as intervenções educacionais sejam acompanhadas de políticas públicas robustas e um esforço conjunto entre família, escola e serviços de saúde. A pandemia de Covid-19 intensificou ainda mais esses desafios, mostrando a urgência de uma abordagem integrada e intersetorial para combater a obesidade infantil.
A criação e implementação de políticas públicas eficazes, como o Programa Saúde na Escola (PSE) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), são fundamentais para proporcionar um ambiente mais saudável para as crianças, mas é necessário um investimento contínuo na capacitação de profissionais e na revisão dessas estratégias para garantir seu sucesso. Além disso, o apoio governamental e a conscientização social sobre a importância de uma alimentação saudável e da prática regular de atividades físicas são cruciais para reverter o cenário atual e garantir um futuro mais saudável para as próximas gerações.

REFERÊNCIAS

Baggio, MA; Alves, KR; Cavalheiro, RF; et al. Obesidade infantil na percepção de crianças, familiares e profissionais da saúde e educação. Texto & contexto enfermagem, v. 30, e20190331, 2021.

Castro, MA; Lima; GC; Belfort, GP. Educação alimentar e nutricional no combate à obesidade infantil: visões do Brasil e do mundo. Rasbran, v. 12, n. 2, p. 167-183, 2021.

Guedes, PF; Becker Pupio, KM; Moraes, LP. A prevalência da obesidade infantil entre os alunos do ensino fundamental nas escolas da rede pública: revisão sistemática da literatura.
Revista arquivos científicos, Macapá, AP, v. 2, n. 2, p. 36-40, 2019.

Gutierrez, SM; Sales, JC. Fatores que desencadeiam a obesidade infantil e a importância do papel do nutricionista em âmbito escolar. Brazilian journal of development, Curitiba, v. 7, n. 10, p. 97539-97550, oct 2021.

Henriques, P; O'Dwyer, G; Dias, PC, et al. Políticas de saúde e de segurança alimentar e nutricional: desafios para o controle da obesidade infantil. Ciência & Saúde coletiva, v. 23, n. 12, dez 2018.

Lobato Campos, BT; Pantaliao, AA; Oliveira Carvalho, LV; et al. Obesidade infantil na atualidade: fatores de risco e complicações futuras. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v. 6, n, 2., p. 5838-5845, mar/apr 2023.

Moura, AL. A educação alimentar e nutricional como estratégia para a prevenção da obesidade infantil. Research, society and development, v, 12, n. 9, e1512943100, 2023.

Muniz, DN; Sousa, MC; Galiza, AB. Introdução alimentar adequada e sua relação com a obesidade infantil. REAS, v. 24, n. 10, pg 1-8, 2024.

Silva e Silva, EJ; Zanella, PB. Políticas públicas de combate à obesidade infantil uma visão do Brasil e do mundo. Brazilian journal of health review, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 2416-2425, jan/fev 2022.

Silva, WG; Formiga, WA; Lima, RF; et al. Estratégias de educação nutricional na prevenção e controle da obesidade infantil. REAS/EJCH, v. sup, n. 50, e3376, p. 1-8, 2020.